

GEILSA KÁTIA SANT'ANA

Prefácio

Bruno Dantas

EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA NO BRASIL

UMA PROPOSTA POSSÍVEL

Área específica da obra

Direito Tributário

Áreas afins do livro

Direito Público, Direito Municipal,
Direito Administrativo, Direito Processual Civil e
Direito Constitucional.

Palavras-chave

Estado Social. Desjudicialização. Execução Fiscal
Administrativa. Paradigmas e mecanismos inovadores.
Eficiência.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 3197

GEILSA KÁTIA SANT'ANA

EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA NO BRASIL

UMA PROPOSTA POSSÍVEL

Prefácio

Bruno Dantas

editora
DelRey

FORUM

A execução fiscal, tal como normatizada no Brasil, não atinge o fim a que se propõe, deixando de arrecadar percentual expressivo de receitas públicas, contribuindo para uma prestação jurisdicional onerosa, ineficiente e morosa. Nesse contexto, a execução fiscal revela-se como o principal fator de congestionamento das instâncias judiciais. Esta obra propõe-se a analisar estatísticas e dados oficiais, que permitam a evolução dos paradigmas até então adotados no Brasil. Propõe-se a estudar a execução fiscal desenvolvida na via administrativa, como alternativa extrajudicial para mitigar o abarrotamento das vias judiciais e, simultaneamente, garantir eficiência na cobrança dos créditos públicos. Oferece propostas para os principais gargalos encontrados, por meio de adaptação legislativa ao PL nº 5.080/2009, em tramitação no Congresso Nacional.

S232e Sant'ana, Geilsa Kátia

Execução fiscal administrativa no Brasil: uma proposta possível /
Geilsa Kátia Sant'ana. Belo Horizonte: Fórum: Del Rey, 2024.

165 p. 14,5x21,5 cm
ISBN 978-65-5518-623-9

1. Estado Social. 2. Desjudicialização. 3. Execução fiscal adminis-
trativa. 4. Paradigmas e mecanismos inovadores. 5. Eficiência. I. Título.

CDD: 340

CDU: 340

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SANT'ANA, Geilsa Kátia. *Execução fiscal administrativa no Brasil: uma proposta possível*. Belo Horizonte: Fórum: Del Rey, 2024. 165 p. ISBN 978-65-5518-623-9.

Geilsa Kátia Sant'ana

Procuradora do Município de Bertiooga/SP. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Santos. Especialista em Direito Público pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. Mestre em Direito pela Universidade Nove de Julho. Doutoranda em Direito pela Universidade Nove de Julho.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Bruno Dantas	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
DA EXECUÇÃO FISCAL NO BRASIL.....	23
1.1 Definição	23
1.2 Contextualização normativa	24
1.2.1 Decreto-Lei nº 960/38	25
1.2.2 Código de Processo Civil de 1973.....	26
1.2.3 Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/80).....	28
1.3 Diagnóstico: dados coletados pelo Conselho Nacional de Justiça.....	33
CAPÍTULO 2	
EXECUÇÃO FISCAL NO DIREITO COMPARADO.....	47
2.1 Países europeus	48
2.2 Países norte-americanos	56
2.3 Países sul-americanos	67
2.4 Tendência mundial à implantação de mecanismos de desjudicialização para cobrança de créditos públicos.....	71
CAPÍTULO 3	
ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 5.080/2009 EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO	75
3.1 Origem do projeto de Lei nº 5.080/2009	76
3.2 Aspectos gerais do projeto de Lei nº 5.080/2009	79
3.3 Razões e contrarrazões à aprovação do Projeto de Lei nº 5.080/2009	89
3.3.1 Críticas ao PL nº 5.080/2009	90
3.3.2 Contrarrazões às críticas ao PL nº 5.080/2009	92
CAPÍTULO 4	
UM NOVO PARADIGMA PARA A EXECUÇÃO FISCAL.....	105
4.1 Prerrogativas da Fazenda Pública	105
4.2 Proposta de um novo paradigma	111
4.2.1 Do princípio da eficiência	113
4.2.2 Novo paradigma para o Poder Executivo	115
4.2.3 Novo paradigma para o Poder Legislativo	116
4.2.4 Novo paradigma para o Poder Judiciário	119
CAPÍTULO 5	
EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA COMO PROPOSTA DE CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA.....	125
5.1 Propostas de inclusão de mecanismos inovadores ao PL nº 5.080/2009	125
5.1.1 Localização do executado	126
5.1.2 Localização de bens do executado.....	127
5.1.3 Sistema nacional de leilões.....	129
5.1.4 Controle de legalidade administrativo da inscrição em dívida ativa	129
5.1.5 Responsabilização civil, criminal e administrativa dos agentes públicos	133
5.1.6 Capacitação e política remuneratória adequada para os agentes públicos.....	134
5.1.7 Possibilidade de aditamento da CDA e ajuizamento “inteligente”	136
5.1.8 Núcleos especializados para recuperação de grandes créditos	138
5.1.9 Normatização do uso da exceção de pré-executividade	138

5.1.10	Ampliação das prerrogativas da Fazenda Pública na cobrança de seus créditos	141
5.1.11	Cobrança de custas na execução fiscal administrativa	141
5.1.12	Previsão de cooperação entre os países membros de blocos econômicos	142
5.1.13	Instituição de Conselho e Código de Defesa do Contribuinte	142
5.1.14	Estabelecimento de metas de arrecadação	143
5.2	Outros meios alternativos à judicialização para satisfação do crédito tributário.....	144
CONCLUSÃO.....		151
REFERÊNCIAS.....		157